

Whirlpool S.A.
Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da
Companhia
Data-Base: 31.12.2010

(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481 de e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480)

10. Comentários dos diretores

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem.

Não há no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos (ii) impostos indiretos relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI. Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 2.908,3 milhões, comparada com R\$ 2.902,6 milhões em 31 de dezembro de 2009.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 2.274,8 milhões, comparada com R\$ 2.083,4 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de subvenção econômica,

recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e
- (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O quadro detalha os financiamentos em moeda nacional e estrangeira no encerramento do exercício de 2010:

	Controladora - BRGAAP			Consolidado - IFRS			Garantias
	2010	2009	1º de janeiro 2009	2010	2009	1º de janeiro 2009	
Moeda nacional:							
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	103.666	116.258	95.135	103.666	116.258	95.135	Fiança Bancária
Conta garantida (11,0% a.m.)	-	-	1.191	-	-	5.909	
Moeda estrangeira:							
Capital de giro (5,84%a.a)	-	-	-	-	7.650	-	
Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a.	-	101	396	-	101	396	
Total dos financiamentos	103.666	116.359	96.722	103.666	124.009	101.440	
Circulante	19.088	12.955	5.734	19.088	20.605	10.452	
Não circulante	84.578	103.404	90.988	84.578	103.404	90.988	

Os financiamentos a longo prazo vencem como segue:

Ano	Valor
2012	18.776
2013	18.776
2014	14.815
A partir de 2015	32.211
Total	84.578

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia tem dois contratos em vigor que foram tomados na sua integralidade conforme estão descritos abaixo:

Em 04 de dezembro de 2006, a Whirlpool S/A celebrou com agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia contrato de financiamento, no valor de R\$ 20 milhões, disponibilizado em duas parcelas: R\$ 15 milhões em 19 de dezembro de 2006 e R\$ 5 milhões em 19 de junho de 2007.

Em 09 de outubro de 2008, a Whirlpool S/A celebrou um novo contrato de financiamento com o FINEP, no valor de R\$ 100 milhões, disponibilizado em duas parcelas: R\$ 75 milhões em 15 de novembro de 2008 e R\$ 25 milhões em 20 de julho de 2009.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais Consolidados

A tabela a seguir mostra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Consolidado - IFRS	
	2010	2009
		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	7.384.996	6.674.652
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (Nota 4)	(5.549.034)	(5.355.441)
Lucro bruto	1.835.962	1.319.211
(Despesas) receitas operacionais		
Com vendas (Nota 4)	(425.765)	(364.461)
Gerais e administrativas (Nota 4)	(271.174)	(245.425)
Honorários dos administradores (Nota 4)	(19.796)	(18.961)
Receitas financeiras (Nota 22)	411.478	435.583
Despesas financeiras (Nota 22)	(411.046)	(511.972)
Participação em sociedades controladas (Nota 11)	-	-
Outras despesas, líquidas (Nota 4)	(350.473)	(217.849)
	(1.066.776)	(923.085)
Lucro antes dos impostos e das participações	769.186	396.126
Imposto de renda corrente e diferido (Nota 9)	(73.573)	(36)
Contribuição social corrente e diferida (Nota 9)	(51.795)	1.024
Participação estatutária	(6.621)	(12.050)
	(131.989)	(11.062)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	637.197	385.064
Participação de não controladores	(16.865)	(28.037)
Lucro líquido do exercício	620.332	357.027
Atribuível:		
- Acionistas da Companhia	637.197	385.064
- Participação de não controladores	16.865	28.037

Em 2010, a nossa receita líquida de vendas e/ou serviços aumentou 10,6% ou R\$ 710,3 milhões, passando de R\$ 6.674,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 7.385,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A receita líquida foi impactada pelo aumento do volume de vendas no mercado doméstico devido ao crescimento contínuo da indústria, ganho de participação de mercado e aumento do volume de apropriação do crédito prêmio de IPI (BEFIEX).

No mercado externo, verificamos aumento no volume de vendas decorrente da recuperação dos países na América Latina após a crise econômica de 2008-2009 além da alta nas vendas de compressores herméticos.

O custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 3,6%, passando de R\$ 5.355,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 5.549,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A variação deve-se ao efeito líquido da variação do custo de materiais, ganhos de produtividade, aumento do volume de vendas, programas de redução de custos e efeito do mix de produtos vendidos durante o ano.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e despesas e receitas financeiras e outras receitas e despesas operacionais líquidas.

As outras despesas operacionais de 2010 referem-se principalmente a provisões para contingências relacionadas a processos judiciais. Para maior detalhamento reportar-se ao item 4 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 769,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado a R\$ 396,1 milhões no mesmo período em 2009, representando uma variação positiva de R\$ 373,0 milhões. O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 alcançou R\$ 620,3 milhões ou 8,4 % (R\$ 357,0 milhões em 2009 ou 5,3%).

Comparação das contas patrimoniais consolidadas

	Consolidado - IFRS		
	2010	2009	01.01.2009
		Reapresentado	Reapresentado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	503.784	531.745	61.687
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	848.915	927.550	630.762
Estoques (Nota 7)	905.573	639.898	1.054.154
Impostos a recuperar e antecipados (Nota 8)	63.053	200.470	272.715
Partes relacionadas (Nota 10)	404.263	415.137	185.676
Dividendos a receber	-	-	-
Operações com derivativos (Nota 23)	73.895	84.822	5.178
Outros créditos	108.804	103.019	103.244
Total do ativo circulante	2.908.287	2.902.641	2.313.416
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Operações com derivativos (Nota 23)	19.762	16.678	68
Impostos a recuperar (Nota 8)	26.333	10.254	9.536
Depósitos para recursos e outros (Nota 16)	125.295	119.294	119.407
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	307.060	264.164	360.956
Partes relacionadas (Nota 10)	487.354	86.402	127.942
Outros créditos	37.126	42.324	8.814
Total do realizável a longo prazo	1.002.930	539.116	626.723
Investimentos (Nota 11)	5.539	6.150	6.378
Imobilizado (Nota 12)	866.700	849.685	923.346
Intangível (Nota 13)	66.686	64.206	66.572
Total do ativo não circulante	1.941.855	1.459.157	1.623.019
Bens destinados a venda	1.986	2.162	2.162
Total do ativo	4.852.128	4.363.960	3.938.597

	Consolidado - IFRS		
	2010	2009	01.01.2009
		Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	19.088	20.605	10.452
Fornecedores	1.648.431	1.531.951	1.193.375
Impostos, taxas e contribuições a pagar	112.510	103.204	42.753
Salários e encargos sociais	106.533	94.936	83.149
Partes relacionadas (Nota 10)	24.771	29.308	18.958
Operações com derivativos (Nota 23)	1.628	5.025	254.899
Outros débitos (Nota 15)	361.792	298.359	215.882
Total do passivo circulante	2.274.753	2.083.388	1.819.468
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	84.578	103.404	90.988
Operações com derivativos (Nota 23)	-	8	5.585
Partes relacionadas (Nota 10)	31.450	40.868	99.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	46.623	36.266	5.946
Plano de previdência privada (Nota 18)	21.846	19.922	19.873
Plano de assistência médica (Nota 19)	59.617	39.947	37.062
Provisão para demandas judiciais e administrativas (Nota 16)	414.901	226.909	178.894
Provisão para passivo a descoberto (Nota 11)	-	-	-
Outros débitos (Nota 15)	199.090	83.989	17.442
Total do passivo não circulante	858.105	551.313	454.966
Patrimônio líquido			
Capital social	1.085.793	1.085.793	1.085.793
Reserva de capital	48.853	43.002	37.588
Reserva de lucros	558.142	548.286	609.464
Ajuste de avaliação patrimonial	43.464	57.929	(158.991)
Ajustes acumulados de conversão	(99.559)	(95.010)	-
Participação de não controladores	82.577	89.259	90.309
Total do patrimônio líquido (Nota 17)	1.719.270	1.729.259	1.664.163
Total do passivo e patrimônio líquido	4.852.128	4.363.960	3.938.597

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

- Ativo circulante: O ativo circulante aumentou em 0,2% ou R\$ 5,6 milhões, sendo os principais impactos (i) aumento de 41,5%, ou R\$ 265,7 milhões na conta de estoques (detalhamento no item 7 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão), (ii) redução de 68,5% ou R\$ 137,4 milhões na conta de Impostos a recuperar e antecipados e (iii) redução de 8,5% ou R\$ 78,6 milhões em Contas a receber líquidas (detalhamento no item 6 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão).
- Ativo não circulante: O ativo não circulante aumentou em 86,0% ou R\$ 463,8 milhões, principalmente em função de um aumento de 464,1% ou R\$ 401,0 na conta de partes relacionadas (detalhamento no item 10 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão).

- Passivo Circulante: O passivo circulante aumentou em 8,41% ou R\$ 191,4 milhões, sendo o principal impacto de 7,06% ou R\$ 116,5 milhões na conta de fornecedores.
- Passivo Não Circulante – O passivo não circulante aumentou em 55,6% ou R\$ 306,8 milhões, influenciado principalmente por um aumento de 82,8% ou R\$ 188 milhões na provisão para demandas judiciais e administrativas (detalhamento no item 15 das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão) e outros créditos.
- Patrimônio Líquido: Sem variações relevantes.

	Consolidado - IFRS	
	2010	2009
	Reapresentado	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.191.839	1.279.273
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(162.484)	(217.673)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.057.316)	(591.542)
	(27.961)	470.058
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		
Saldo inicial	531.745	61.687
Saldo final	503.784	531.745
	(27.961)	470.058

A variação de caixa e equivalentes de caixa deve-se principalmente a redução no caixa líquido das atividades de financiamento, consequência principalmente do aumento do valor de dividendos pagos em R\$ 191,9 milhões, e de mútuo e conta corrente entre partes relacionadas em R\$ 215,0 milhões.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores macroeconômicos como mudanças na política monetária e fiscal e variações nas taxas cambiais entre outros, como abaixo descrito:

ii.1 Cenário macroeconômico

ii.1.1 Mercado Interno

A atividade econômica em 2009 sofreu contração como reflexo da crise financeira internacional desencadeada no último trimestre de 2008. O PIB brasileiro registrou queda de 0,6% em 2009 comparativamente a 2008. Nos primeiros meses de 2009, a atividade econômica sofreu maior contração, revertendo essa tendência no segundo semestre em decorrência das medidas de afrouxamento da política monetária e de desoneração tributária, principalmente com a redução do IPI iniciada em Abril. Essas medidas estimularam a demanda no mercado interno e foram consideradas fator determinante na retomada da produção industrial e vendas do varejo, consolidando a recuperação da economia e da indústria de eletrodomésticos.

O ano de 2010 foi marcado pelo forte crescimento da economia brasileira. Mesmo com a política de aperto monetário, levando a taxa Selic de 8,75% em janeiro a 10,75% no final do ano, a economia manteve-se

aquecida. O crescimento do PIB de 2010 foi de 7,5%. O aquecimento econômico também desencadeou uma tendência de alta de preços. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 5,9%, acima do centro da meta de 4,5%. Graças à contínua expansão na disponibilidade do crédito e ao aumento na renda real do trabalhador, o poder aquisitivo da população, especialmente das classes C e D, continuou a crescer, o que fez com que o mercado interno representasse a maior alavanca da economia.

Já o setor de eletrodomésticos cresceu moderadamente ao longo do ano e apresenta tendência positiva para 2011. A demanda por compressores continuou a crescer ao longo do ano, comparada com o mesmo período de 2009, principalmente na América Latina, China e Índia.

A conjuntura macroeconômica em 2011 parece mais incerta. A previsão de crescimento anual do PIB é de 3,9%, segundo analistas do mercado, abaixo da projeção do governo de 4,5%. Esse resultado deve decorrer de cortes nos gastos do governo e da continuidade no aumento da taxa Selic, projetada em 12,75% no fim de 2011. O intuito dessas medidas é conter a inflação que segue em alta e está projetada em 5,9% para o ano.

ii.1.2 Mercado externo

Durante 2008 e 2009 vivenciamos desafios no cenário macroeconômico, devido à crise financeira internacional, que impactaram a economia global, os mercados de capitais e a demanda pelos nossos produtos. As atividades mais dependentes do mercado internacional e das expectativas quanto ao panorama econômico e à evolução do crédito foram as mais impactadas. No entanto, em 2010, os países que conseguiram se recuperar rapidamente da crise, graças à força de seu mercado interno, consolidaram sua posição no cenário econômico mundial.

No cenário externo, destacam-se i) a apreciação do real em relação ao dólar, que atingiu, no último trimestre de 2010, seu menor valor desde Setembro de 2008 (1,67 BRL/USD) e ii) o aumento do preço das commodities que utilizamos (principalmente aço e cobre).

ii.2 Lançamentos de Produtos

Em 2010, a Whirlpool Latin America lançou aproximadamente 200 aparelhos das marcas Brastemp, Consul e KitchenAid, que entregaram ao mercado nacional inovação, design, usabilidade e ecoeficiência, e, ao mesmo tempo, contribuíram para o crescimento da receita e sustentação da rentabilidade da empresa.

Exemplos destes lançamentos incluem: a nova linha de refrigeradores Brastemp Clean, o Condicionador de Ar Brastemp My Mood, o Micro-ondas Consul Facilite, a Lavadora Brastemp Ative 9 quilos, o Fogão Brastemp, os Aspirador Consul Facilite e Brastemp.

ii.3 Programas de redução de custos

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) o aumento do preço das commodities ii) pressões inflacionárias sobre salários e iii) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação.

ii.4 Preço de Commodities

O reaquecimento da economia em 2010, principalmente dos países da América Latina, e a forte demanda, liderada pela China, reaqueceu o mercado de commodities, elevando seu preço, em comparação com 2009. Contudo, a alta no preço das commodities foi parcialmente compensada pela apreciação do real em relação ao dólar. Adicionalmente, a companhia possui programa de hedge para se proteger da variação do preço de commodities, definido por política global – detalhamento no item 23 das notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão.

ii.5 Taxas de câmbio

Habilidade de gerir flutuações cambiais: mudanças nas taxas de câmbio podem afetar parcelas importantes de nossas despesas e receitas associadas ao mercado externo. Como gerenciamento das flutuações cambiais usamos instrumentos financeiros, e.g. operações de hedge de acordo com as políticas da Companhia – detalhamento no item 23 das notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão.

ii.6 Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes.

Estamos sujeitos a diversas leis federais, estaduais e estrangeiras, incluindo as leis antitruste, as violações de que pode implicar sanções civis ou penais. Em 2009, a Whirlpool S.A assinou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), na conclusão das investigações sobre suposta violação da lei antitruste no mercado brasileiro de compressores. A companhia se comprometeu a fazer uma contribuição no total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que estão sendo pagos em parcelas semestrais, ao longo de 5 anos e meio.

Em outubro de 2010, o Ministério Público do Canadá (denominado "DPP") e a controlada indireta Embraco North America assinaram um acordo relacionado com a investigação antitruste. A controlada concordou em pagar a importância de R\$2.466 mil (CAN 1.500) para o governo canadense, que foi liquidado em sua totalidade no 4º trimestre de 2010. Nos termos do acordo, o DPP concordou em não promover novas demandas contra a controlada ou quaisquer outras entidades do mesmo grupo.

Em dezembro de 2010 foi aprovado pelo United States District Court of Michigan acordo firmado entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") e a controlada indireta Embraco North America, relacionado com a investigação antitruste no qual a controlada concordou em pagar a importância de R\$155.574 (US\$91.800 mil) ao governo dos Estados Unidos, em seis parcelas anuais, tendo sido a primeira parcela paga em janeiro de 2011. Nos termos do acordo judicial, o DOJ reconheceu uma cooperação substancial da controlada na investigação e concordou em não promover novas demandas contra a mesma ou quaisquer outras entidades do mesmo grupo. O valor do acordo foi registrado no terceiro trimestre de 2010 pela controlada indireta Embraco North America. O montante a pagar atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$153.290.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia figurou no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores de 1996 a 2009, propostas em várias jurisdições. Diversos outros fabricantes de compressores que foram sujeitos às investigações governamentais também integraram o pólo passivo nessas ações. As ações judiciais nos Estados Unidos, constituídas em nome dos pretensos compradores e contendo alegações de ação civil pública foram reunidas em um único procedimento na United States District Court for the Eastern District of Michigan. A Companhia continua cooperando com as investigações governamentais em andamento nas outras jurisdições, bem como se defendendo vigorosamente nas ações de antitruste relacionadas.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Dessa forma, a Companhia não constituiu provisão para qualquer contingência relativa às investigações conduzidas pela Comissão Europeia ou por qualquer outra questão ou região referente a essas investigações que não sejam os casos acima mencionados no Brasil, Estados Unidos e Canadá. A partir de 31 de dezembro de 2010, a Companhia incorreu, no total, em dispêndios de aproximadamente R\$339.905 (US\$204 milhões) relativos a essas questões, unicamente compostos pelos montantes relativos as ações promovidas pelos governos brasileiro, americano e canadense, bem como custo de defesas e outras despesas, dos quais R\$236.600 (US\$142 milhões) continuam provisionados. Por ora, não é possível estimar de forma razoável o valor total dos dispêndios que serão incorridos em relação a essas questões. Tais custos podem ter um efeito material adverso na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

Estamos sujeitos a ações relacionadas a outras partes. Estimamos contingências passivas e estabelecimento de reservas como exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos com base na nossa avaliação de contingências em que a responsabilidade é considerada provável e razoavelmente estimável em função dos fatos e circunstâncias conhecidas por nós em um determinado ponto no tempo.

A provisão, relativa à Ação Ordinária de Cobrança, promovida por instituição financeira em face da Companhia, foi aumentada em R\$112.474 mil em 2010. Para maior detalhamento, reportar-se ao item 16.1 a) das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 10,64%, passando de R\$ 6.674,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 7.385 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Este aumento representou R\$ 710,3 milhões, advindo do aumento do volume de vendas no mercado doméstico devido ao crescimento contínuo da indústria, ganho de participação de mercado e aumento do volume de apropriação do crédito premio de IPI (BEFLEX).

No mercado externo, os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2010 e 2009 são decorrentes do crescimento da economia dos países da América Latina, crescimento da venda de compressores e alterações em preço e mix de vendas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 94,2%, passando de R\$ 396,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 769,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais efeitos que impactaram nosso resultado, conforme descritos anteriormente, foram: o aumento do volume de vendas, especialmente no mercado doméstico, ganhos decorrentes da melhora de mix, ganhos de produtividade/escala, aumento do volume de apropriação do crédito premio de IPI (BEFLEX) e o efeito negativo demonstrado nas outras despesas operacionais, conforme item 4 das Notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padrão.

Além disso, os custos com insumos foram diretamente impactados por aumento nos preços das commodities, reflexo do reaquecimento econômico e alta demanda por parte da China, e pela apreciação do real frente ao dólar.

Adicionalmente, a receita financeira da companhia foi positivamente afetada pela alta na taxa básica de juros que aumentou de 8,75% em janeiro de 2010 para 10,75% em dezembro de 2010.

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em 2010, bem como não há, no presente momento, planos para tais eventos.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

a.1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76, Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09).

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o “*International Financial Reporting Standard – IFRS*”.

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2010, bem como preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009. Esta nota explica os impactos, as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva, conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente, as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

a.2) Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às entidades a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação às correspondentes normas contábeis):

a) Combinação de negócios: a Companhia optou pela aplicação do CPC 15 (IFRS 3R) de forma prospectiva desde a data de transição. Portanto, as combinações de negócios ocorridas anteriormente à 1º de janeiro de 2009 não foram remensuradas.

b) Benefícios a empregados: a Companhia aplicou a isenção para o plano de benefícios definidos e optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais prospectivamente, a partir da data de transição, diretamente no patrimônio líquido, conforme CPC 33 (IAS 19).

c) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: a Companhia optou por reverter o saldo acumulado de conversão na data de transição e registrar as diferenças de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior prospectivamente, conforme instrução do CPC 2 (IAS 21);

d) Remuneração baseada em ações: a Companhia aplicou o CPC 10R (IFRS 2R), relativamente aos instrumentos patrimoniais concedidos após 7 de novembro de 2002 e ainda não efetivados em 1º de janeiro de 2009.

e) A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar

os ativos imobilizados do Grupo; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia utiliza o método de “unidades produzidas” para depreciar máquinas e equipamentos, sua principal classe de ativos, sendo que o referido método assegura não haver diferença relevante entre o valor contábil do ativo e seu valor justo, pois reflete o efetivo uso da máquina ou equipamento; (iv) as análises internas sobre o valor justo dos ativos e os valores em uso das demais classes de ativos não indicaram divergências relevantes; (v) a Administração efetua frequentemente uma revisão dos valores recuperáveis e das estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado; e (vi) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

b.1). Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37R (IFRS 1), a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais e CPCs, todos vigentes em 2010.

Balanço de abertura em 01.01.2009

Consolidado - IFRS			
	Conforme Publicação 31.12.2008	Ajustes do balanço de abertura	Balanço de abertura em 01.01.2009
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	61.687	-	61.687
Contas a receber, líquidas	630.762	-	630.762
Estoques (a)	1.054.317	(163)	1.054.154
Impostos a recuperar e antecipados	272.715	-	272.715
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	169.544	(169.544)	-
Partes relacionadas	185.676	-	185.676
Dividendos a receber (c)	-	-	-
Operações com derivativos	5.178	-	5.178
Outros créditos	103.244	-	103.244
Total do ativo circulante	2.483.123	(169.707)	2.313.416
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Operações com derivativos	68	-	68

Impostos a recuperar		9.536	-	9.536
Depósitos para recursos e outros	(d)	31.999	87.408	119.407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	190.102	170.854	360.956
Partes relacionadas		127.942	-	127.942
Bens destinados a venda	(k)	2.162	(2.162)	-
Outros créditos		8.814	-	8.814
Total do realizável a longo prazo		370.623	256.100	626.723
Investimentos	(e)/(c)	6.378	-	6.378
Imobilizado	(a)/(f)	918.032	5.314	923.346
Intangível		66.572	-	66.572
Total do ativo não circulante		1.361.605	261.414	1.623.019
Bens destinados a venda	(k)	-	2.162	2.162
Total do ativo		3.844.728	93.869	3.938.597

	Consolidado – IFRS		
	Conforme Publicação 31.12.2008	Ajustes do balanço de abertura	Balanço de abertura em 01.01.2009
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10.452	-	10.452
Fornecedores	1.193.375	-	1.193.375
Impostos, taxas e contribuições a pagar	42.753	-	42.753
Salários e encargos sociais	83.149	-	83.149
Partes relacionadas	18.958	-	18.958
Operações com derivativos	254.899	-	254.899
Outros débitos	215.882	-	215.882
Total do passivo circulante	1.819.468	-	1.819.468
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	90.988	-	90.988
Operações com derivativos	5.585	-	5.585

Partes relacionadas		99.176	-	99.176
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	3.245	2.701	5.946
Plano de previdência privada	(g)	25.905	(6.032)	19.873
Plano de assistência médica	(g)	30.052	7.010	37.062
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(d)	91.486	87.408	178.894
Provisão para passivo a descoberto		-	-	-
Outros débitos		17.442	-	17.442
Total do passivo não circulante		363.879	91.087	454.966
Participação de não controladores	(h)	90.309	(90.309)	-
Patrimônio líquido				
Capital social		1.085.793	-	1.085.793
Reserva de capital	(i)	12.918	24.670	37.588
Reserva de lucros	(e)/(f)/(i)/(j)	589.861	19.603	609.464
Ajustes de avaliação patrimonial	(g)	(158.346)	(645)	(158.991)
Ajustes acumulados de conversão	(j)	40.846	(40.846)	-
Participação de não controladores	(h)	-	90.309	90.309
Total do patrimônio líquido		1.571.072	93.091	1.664.163
Total do passivo e patrimônio líquido		3.844.728	93.869	3.938.597

Balanco de Abertura em 31.12.2009

Consolidado - IFRS				
		Conforme Publicação 31.12.2009	Ajustes do balanço	Balanco de abertura em 31.12.2009
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		531.745	-	531.745
Contas a receber, líquidas		927.550	-	927.550
Estoques	(a)	640.061	(163)	639.898
Impostos a recuperar e antecipados		200.470	-	200.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	35.878	(35.878)	-

Partes relacionadas		415.137	-	415.137
Dividendos a receber	(c)	-	-	-
Operações com derivativos		84.822	-	84.822
Outros créditos		103.019	-	103.019
Total do ativo circulante		2.938.682	(36.041)	2.902.641
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Operações com derivativos		16.678	-	16.678
Impostos a recuperar		10.254	-	10.254
Depósitos para recursos e outros	(d)	78.974	40.320	119.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	225.270	38.894	264.164
Partes relacionadas		86.402	-	86.402
Bens destinados a venda	(k)	2.162	(2.162)	-
Outros créditos		42.324	-	42.324
Total do realizável a longo prazo		462.064	77.052	539.116
Investimentos	(e)/(c)	6.150	-	6.150
Imobilizado	(a)/(f)	844.212	5.473	849.685
Intangível		64.206	-	64.206
Total do ativo não circulante		1.376.632	82.525	1.459.157
Bens destinados a venda	(k)	-	2.162	2.162
Total do ativo		4.315.314	48.646	4.363.960

Consolidado - IFRS

	Conforme Publicação 31.12.2009	Ajustes do balanço	Balanço de abertura em 31.12.2009
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	20.605	-	20.605
Fornecedores	1.531.951	-	1.531.951
Impostos, taxas e contribuições a pagar	103.204	-	103.204

Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	26.075	(26.075)	-
Salários e encargos sociais		94.936	-	94.936
Partes relacionadas		29.308	-	29.308
Operações com derivativos		5.025	-	5.025
Outros débitos		298.359	-	298.359
Total do passivo circulante		2.109.463	(26.075)	2.083.388
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos		103.404	-	103.404
Operações com derivativos		8	-	8
Partes relacionadas		40.868	-	40.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	7.768	28.498	36.266
Plano de previdência privada	(g)	20.482	(560)	19.922
Plano de assistência médica	(g)	32.389	7.558	39.947
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(d)	186.589	40.320	226.909
Provisão para passivo a descoberto		-	-	-
Outros débitos		83.989	-	83.989
Total do passivo não circulante		475.497	75.816	551.313
Participação de não controladores	(h)	89.259	(89.259)	-
Patrimônio líquido				
Capital social		1.085.793	-	1.085.793
Reserva de capital	(i)	12.918	30.084	43.002
Reserva de lucros	(e)/(f)/(i) /(j)	534.632	13.654	548.286
Ajustes de avaliação patrimonial	(g)	62.548	(4.619)	57.929
Ajustes acumulados de conversão	(j)	(54.796)	(40.214)	(95.010)
Participação de não controladores	(h)	-	89.259	89.259
Total do patrimônio líquido		1.641.095	88.164	1.729.259
Total do passivo e patrimônio líquido		4.315.314	48.646	4.363.960

(a) Peças de reposição: De acordo com o CPC 27 (IAS 16), as peças de reposição devem ser registradas como imobilizado caso espere utilizá-los em mais de um período ou se puderem somente ser utilizados em conexão com itens de ativo imobilizado. Atendendo ao requerimento, a Companhia identificou e reclassificou o saldo de alguns itens que estavam registrados na rubrica de estoques para a rubrica de imobilizado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização. Para atender o disposto no IAS 12 e CPC 32, os tributos diferidos foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante. Além destas reclassificações, o imposto de renda e contribuição social decorrente dos ajustes dos IFRS/CPCs foram classificados como ativo não circulante.

(c) Dividendos complementares propostos: Pela legislação societária brasileira, as sociedades poderiam efetuar o reconhecimento dos dividendos complementares ao mínimo obrigatório como um passivo na data de encerramento do exercício com base na proposta para a destinação do lucro líquido do exercício. Para atender o disposto no IAS 10/CPC 24/ICPC 8, o reconhecimento dos dividendos complementares como um passivo passou a ser efetuado somente no momento de sua aprovação por órgãos competentes. Desta forma, foram revertidos os dividendos complementares que haviam sido registrados em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e que ainda não haviam sido aprovados em Assembléia Geral Ordinária naquela data. Os referidos dividendos complementares a receber de controlada e a pagar a seus acionistas foram aprovados para pagamento por Assembléias Gerais Ordinárias realizadas nos exercícios subsequentes.

(d) Depósitos judiciais: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os valores de depósitos judiciais dados em garantia a processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários eram apresentados no balanço patrimonial como redutores dos respectivos passivos. Para atender o disposto no IAS 37/CPC 25, referidos depósitos judiciais foram reclassificados para o ativo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização (Nota 16).

(e) Equivalência patrimonial: Refere-se aos efeitos dos ajustes de adoção do IFRS /CPCs das controladas reconhecidas na controladora de acordo com o método de equivalência patrimonial.

(f) Hiperinflação: No Brasil, a contabilização dos efeitos da inflação foi descontinuada após 31 de dezembro de 1995. Até essa data, as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o BR GAAP requeriam atualização monetária (indexação inflacionária) de itens não monetários, sendo que o efeito líquido era registrado na demonstração do resultado como um item único (correção monetária do balanço). De acordo com o IFRS, uma economia deixa de ser hiperinflacionária quando a inflação acumulada dos últimos 3 anos não exceder 100%. Portanto, o Brasil deixou de ser uma economia hiperinflacionária somente em 1997.

Na Argentina, onde localizam-se algumas das controladas da Companhia, a economia era considerada hiperinflacionária até 31 de dezembro de 2003 para fins de demonstrações financeiras locais e, portanto, essas controladas possuem registrados, em seus livros locais, os efeitos da hiperinflação até esta data. De acordo com o IFRS, a economia na Argentina não foi considerada hiperinflacionária e, portanto, o custo e depreciação registrados de correção monetária de balanço foram revertidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia apurou os montantes referente à hiperinflação da controladora e suas controladas e efetuou o registro na rubrica de imobilizado contra a rubrica de lucros acumulados.

(g) Planos de benefícios pós emprego: De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, os ativos atuariais líquidos dos planos de benefícios pós emprego não eram reconhecidos contabilmente. Para atender o disposto no IAS 19/CPC 33, os ativos atuariais líquidos dos planos de benefício pós emprego passaram a ser reconhecidos, todavia limitados às restrições de recuperabilidade de *superávits* aplicáveis a patrocinadores de fundos de pensão brasileiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios pós-emprego e os montantes referentes a limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções de contribuições futuras estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, não mais gerando impacto no resultado operacional (Nota 18 e 19). Conforme determinado pelo IAS 19/CPC 33, neste mesmo momento, estes montantes são transferidos para a rubrica de lucros (prejuízos) acumulados.

(h) Participação dos acionistas não controladores: Pelas práticas contábeis anteriores, a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas era destacada em grupo isolado no balanço

patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido. A participação de não controladores no lucro ou prejuízo do exercício das controladas era destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo consolidado. Pelo IAS 27/CPC 36, a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

(i) Remuneração baseada em ações: A controladora da Companhia possui planos de outorga de opções de ações para alguns de seus executivos, com entrega de ações da controladora. Atendendo ao requerimento do IFRS 2R/ CPC 10R, a Companhia registrou as despesas incorridas até a data de transição em transações destes planos de pagamento baseados em ações na conta de ajustes de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

(j) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: a Companhia reverteu o saldo acumulado de conversão na data de transição e registrou as diferenças de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior prospectivamente, conforme instrução do IAS 21/CPC 2.

(k) Ativos não circulantes mantidos para venda: De acordo com o IFRS 5/CPC 31, os bens destinados à venda devem ser apresentados separadamente dos outros ativos no balanço patrimonial. A Companhia reclassificou os saldos de bens destinados à venda do ativo não circulante para linha específica de bens destinados à venda.

Reconciliação dos ajustes no patrimônio líquido e resultado do exercício

	Nota	Consolidado	
		2009	01.01.2009
Patrimônio líquido divulgado de acordo com as práticas contábeis anteriores:		1.641.095	1.571.072
Efeitos decorrentes das novas práticas:		88.164	93.091
Planos de benefícios pós emprego	(g)	(6.998)	(978)
Participação de não controladores	(h)	89.259	90.309
Hiperinflação	(f)	5.310	5.151
Equivalência patrimonial	(e)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os	(b)	593	(1.391)
Patrimônio líquido apurado de acordo com as novas		1.729.259	1.664.163

	Nota	Consolidado
		2009
Lucro líquido do exercício divulgado de acordo com as práticas contábeis anteriores:		362.976
Efeitos decorrentes das novas práticas:		(5.949)
Remuneração baseada em ações	(i)	(5.414)
Hiperinflação	(f)	(811)
Equivalência Patrimonial	(e)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(b)	276
Lucro líquido do exercício de acordo com as novas práticas		357.027

Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e são obrigatórios para os períodos contábeis iniciados após 1º. de janeiro de 2011, com exceção do IFRIC 19, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia, que avaliou os impactos

destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

• **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

• **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• **Melhorias para IFRS** – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas ou ênfases nos pareceres de nossos auditores, exceto pela ênfase relativa à alteração das práticas contábeis descrita no item (b) acima.

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em

moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como

experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Aposentadoria

Os custos de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda

a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da companhia, com suficiente grau de detalhamento. A Companhia usa o sistema SAP de informações gerenciais.

A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente de que os livros, registros e ativos da Companhia são mantidos e contabilizados. Registros contábeis da empresa, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de auditoria interna.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 últimos exercícios sociais.

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items);

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;**

- iv. **contratos de construção não terminada;**
- v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

ii) Vendedor: Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “Vendedor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

iii) Contratos de futura compra de serviços: Esses contratos são prática de mercado e referem-se a valores mínimos contratados com fornecedores, relacionados à manufatura de nossos produtos (especialmente utilidades), visando a otimização dos custos de fabricação.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;**
- b. **natureza e o propósito da operação;**
- c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

ii) Vendedor: Em caso de não pagamento das operações de “vendedor” pelos devedores originais, a Companhia adota rigorosas normas e procedimentos de forma a minimizar os riscos referentes à operação em questão.

As operações de “vendedor” atendem um programa de financiamento de vendas através do qual a Companhia obtém financiamento direto para seus clientes oferecendo aos mesmos acesso a linhas de crédito com taxas competitivas.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$ 642,4 milhões, R\$ 499,3 milhões e R\$ 433,5 milhões.

iii) Contratos de futura compra de serviços: Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de compra futura de serviços com expectativa de pagamentos que totalizam R\$ 67,4 milhões em 2011, R\$ 67,4 milhões em 2012, R\$ 62,6 milhões em 2013, R\$ 15,9 milhões em 2014, R\$ 12,5 milhões em 2015 e R\$ 25,2 milhões após 2015.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos de capital previstos para 2011 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, adaptação às normas ambientais (processos, produtos e serviços), iniciativas de redução de custo, desenvolvimento de novos produtos e Tecnologia da Informação.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos:

Como fontes de financiamento de investimentos, a Companhia utiliza-se do caixa gerado pelas operações e composição apropriada de dívida de curto e longo prazo quando necessário. A Companhia participa também dos programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, por meio de

subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da lei 11.196/2005.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não realizamos desinvestimentos nos últimos 3 exercícios sociais. Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011, a Whirlpool S.A. continuará fazendo investimentos que incluem algum aumento de capacidade de produção onde for necessário, muita inovação, atividades de pesquisa e desenvolvimento e investimento nas marcas. Dentre os projetos em desenvolvimento a empresa participa de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio de subvenção econômica, recursos não reembolsáveis de cooperação universidade-empresa e recursos reembolsáveis, além de incentivos fiscais à pesquisa e desenvolvimento da Lei 11.196/2005. Todos os trâmites legais exigidos são cumpridos para assegurar a transparência e a idoneidade dos programas.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".
